

Apresentação CIRH/CNS Debate Sobre Médicos Pelo Brasil

Vinícius Ximenes

Médico de Família e Comunidade – SES-
DF

Sanitarista

Rede de Médicas e Médicos Populares

Ponto de Partida – Concepção de Partida

- Mais Médicos x Médicos pelo Brasil
- Referencial histórico do Movimento pela Reforma Sanitária x Referencial Corporativo (Entidades Médicas)
- A dificuldade do Governo Bolsonaro em trazer uma narrativa de reconhecimento da importância do Programa Mais Médicos

Proposta da Rede de Médicas e Médicos Populares

Rede Nacional de
Médicas e Médicos
Populares



DIFERENÇA ENTRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 890/2019 E PROPOSTA DE EMENDA SUBSTITUTIVA PROPOSTA PELA REDE DE MÉDICAS E MÉDICOS POPULARES

	MEDIDA PROVISÓRIO GOVERNO BOLSONARO	EMENDA SUBSTITUTIVA - REDE DE MÉDICAS E MÉDICOS POPULARES
TIPO DE ORGANIZAÇÃO PARA PROVIMENTO	<ul style="list-style-type: none">Serviço Social Autônomo – entidade privada pária-estatal)	<ul style="list-style-type: none">Fundação Pública Federal – autarquia do Ministério da Saúde)
REGIME JURÍDICO	<ul style="list-style-type: none">Direito Privado	<ul style="list-style-type: none">Direito Público
CONTRATAÇÃO DE PESSOAL	<ul style="list-style-type: none">CLT – risco de incorporação pela carteira de trabalho verde-amarela do governo bolsonaro – aprofundamento da reforma trabalhistaNão se estrutura como carreira de estado	<ul style="list-style-type: none">RJU – estatutárioPropõe a Carreira de Estado Interfederativa para a Atenção Primária à Saúde em Áreas de Vulnerabilidade e Difícil Fixação, a ser regulamentada em 05 (cinco) anos, consultado o conselho nacional de saúde

COMPRAS E LICITAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> • Não segue a Lei 8666/1993 • Irá seguir regulamentações internas próprias 	<ul style="list-style-type: none"> • Segue Lei 8666/1993 que rege a lisura de compras e licitações no setor público
-----------------------------	---	--

ESPECIALIZAÇÃO PARA MÉDICOS INGRESSANTES NA ORGANIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dois anos de especialização, com tutores médicos de família e comunidade ou da área de clínica médica. • Pagamento como bolsa de estudos • Processo seletivo público para ingresso 	<ul style="list-style-type: none"> • Três anos de especialização, como etapa do estágio probatório na carreira • Remuneração já como primeiro nível da Carreira de Estado. • Tutoria somente por médicos de família e comunidade. • Ingresso por concurso público de provas, ou de provas e títulos. Processo seletivo público para tutores
--	--	---

RESIDÊNCIA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Não trata de nenhuma proposta de apoio 	<ul style="list-style-type: none"> • Garante atribuição para a fundação pagar complementações de bolsas aos médicos residentes para equiparar ao valor líquido pago para o primeiro nível da Carreira de Estado
REGULAÇÃO DA FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS	<ul style="list-style-type: none"> • Não trata de nenhuma proposta 	<ul style="list-style-type: none"> • Garante que em 2023 deverão ser universalizadas as vagas de acesso direto à residência médica para todos os egressos de cursos de graduação em Medicina. • Institui que até 2029 a residência médica seja obrigatória para o exercício da medicina e que até lá 40% das vagas de acesso direto à Residência sejam em Medicina de Família e Comunidade

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO	<ul style="list-style-type: none"> • Abre espaço para a compra de serviços privados para prestação direta de assistência médica na APS 	<ul style="list-style-type: none"> • Veda apropriação dos interesses públicos por interesses privados • Provimento garantido pela
--------------------------------	---	---

PARTICIPAÇÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Privilegia a presença do setor privado em seu Conselho Deliberativo 	<p>fundação, em parceria com estados e municípios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Privilegia a presença do Conselho Nacional de Saúde no Conselho Deliberativo, reconhecendo sua legitimidade como principal entidade de controle social do país. • Prevê a presença do Conselho Nacional de Educação, Comissões Nacionais de Residências em Saúde (Médica e Multiprofissional) e dos Conselhos Profissionais Federais na composição do conselho deliberativo
----------------------------	---	--

REGULAÇÃO DA FORMAÇÃO DE ESPECIALISTAS EM SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • Não prevê nenhuma medida 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê a participação da fundação pública na construção de um novo marco legal nos próximos 05 (cinco) anos , sendo consultado o Conselho Nacional de Saúde.
REVALIDAÇÃO DE DIPLOMAS ESTRANGEIROS	<ul style="list-style-type: none"> • Não prevê nenhuma medida 	<ul style="list-style-type: none"> • Prevê a participação da fundação pública na construção de um novo marco legal nos próximos 05 (cinco) anos , sendo consultado o Conselho Nacional de Saúde.

Onde incide a proposta da RNMMMP

- Proposta da Rede de Médicas e Médicos Populares acolhida na íntegra pelos deputados:
- Deputado IVAN VALENTE PSOL/SP (EMENDA 121)
- Deputado MARCELO FREIXO PSOL-RJ (EMENDA 153)
- Deputado TALÍRIA PETRONE PSOL/RJ (EMENDA 117)
- Deputado LUIZA ERUNDINA PSOL/SP (EMENDA 118)
- Deputado GLAUBER BRAGA PSOL/RJ (EMENDA 123)
- Deputada SÂMIA BOMFIM DEPUTADA FEDERAL PSOL-SP (EMENDA 148)
- Deputado EDMILSON RODRIGUES PSOL/PA (EMENDA 149)
-
- E nas proposições do Deputado ALEXANDRE PADILHA PT/SP (EMENDAS DE 304 A 310)
- Para informações sobre as propostas:
<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/137836>